

O movimento homossexual no Brasil: construção da identidade, eventos e visibilidade mediática

The lesbian and gay movement in Brazil: construction of identity, events and media visibility

Elaine Cristina Gomes de Moraes

Graduada em Comunicação Social (habilitação em Relações Públicas), pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faac/Unesp; especialista em Gestão Integrada, pelas Faculdades Integradas de Bauru – FIB; professora da FIB; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faac/Unesp.

Murilo Cesar Soares

Livre-docente em Sociologia, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faac/Unesp; doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo – USP; mestre em Tecnologia da Educação, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe; graduado em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Fundação Valeparaibana de Ensino – FVE; professor adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação da Faac/Unesp.

Resumo

O movimento homossexual organizou-se no Brasil com o objetivo de criar e fortalecer sua identidade sexual, bem como lutar por seus direitos e contra atos homofóbicos. Este estudo analisa o movimento homossexual e sua relação com a construção de sua identidade, enquanto força de luta. Destaca-se a relevância dos eventos de manifestação, como a Parada do Orgulho LGBT e, em Bauru, a Parada da Diversidade, que proporcionam visibilidade à questão, pela presença da mídia, e representam a voz desse público que luta por direitos de cidadania.

Palavras-Chave: identidade; movimento homossexual; Parada da Diversidade de Bauru.

Abstract

The lesbian and gay movement has organized itself in Brazil with the goal of creating and making its sexual identity stronger, as well as fighting for its rights and against any homophobic act. This paper analyses the homosexual movement and its relation to building its own identity, as a fighting force. We emphasize the relevance of the manifestation events, such as the LGBT pride parade and, in Bauru, the diversity parade, events that not only provide visibility to the topic, with the presence of the media, but also, represent the voice of these people who search for their citizenship rights.

Keywords: identity; lesbian and gay movement; Diversity Parade in Bauru.

O movimento homossexual no Brasil: construção da identidade, eventos e visibilidade mediática

1. Introdução

O movimento homossexual brasileiro, hoje mais conhecido como movimento LGBT, vem se fortalecendo desde as primeiras manifestações no final da década de 1970. O conceito de identidade homossexual, que era visto como razão para discriminação e vergonha, sofreu diversas modificações, resultado de uma luta árdua, vivenciada pelos grupos que compõem o movimento no Brasil.

Trata-se de um tema complexo, que engloba desde o reconhecimento de uma orientação sexual até as decisões e os desafios que uma pessoa irá enfrentar ao se identificar como homossexual. Surgem, então, os conflitos sobre a decisão de optar por uma vida na clandestinidade ou assumir a homossexualidade e preparar-se para as consequências conhecidas na história brasileira, de preconceitos e discriminações.

No entanto, com o surgimento dos diversos grupos que reivindicam o direito à liberdade sexual, a compreensão da identidade homossexual vem se transformando; o movimento homossexual brasileiro vem ganhando notoriedade por meio de suas manifestações, destacando-se as “paradas” que realiza em diversas cidades brasileiras, caracterizadas por passeatas ao som de música e um visual com as cores do arco-íris.

O presente trabalho propõe uma discussão acerca da identidade do movimento homossexual brasileiro e aborda o contexto do movimento da diversidade de Bauru, composto majoritariamente por homossexuais e alguns segmentos minoritários da sociedade, como negros, idosos, mulheres e portadores de necessidades especiais, dentre outros. Não há intenção de abordar as especificidades de identidade de cada segmento do movimento composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, hoje compreendidos no movimento como LGBT. A proposta do trabalho é abordar a construção da identidade do movimento através da utilização dos eventos em sua trajetória, compreendidos como estratégias de comunicação, as quais, por meio da presença da mídia, lhe ampliam a legitimidade.

Como padronização, utilizou-se, neste trabalho, o termo “movimento homossexual” para referência ao conjunto das diversas subdivisões que a sigla LGBT abrange. No que se refere ao evento intitulado “Parada do Orgulho LGBT”, optou-se pela conservação desta nomenclatura, bem como a “Parada da Diversidade de Bauru”, como é divulgada. Exceções ocorrem por razões de referências aos autores que empregam terminologia diversa.

Para este trabalho, foi realizada inicialmente uma pesquisa exploratória, com o objetivo de levantar informações sobre o tema, por meio de notícias de *sites*, *blogs* e revistas específicas, vídeos e conversas informais com o presidente da Associação Bauru pela Diversidade (ABD). Em seguida, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica a fim

de realizar uma reflexão sobre os eventos promovidos pelos movimentos homossexuais, que dão visibilidade às suas demandas e o legitimam, como é o caso das paradas.

2. Identidade e os movimentos de homossexuais no Brasil

A identidade, ao contrário do que se acreditava no passado, é um fenômeno que se constrói, é desconstruído e apresenta-se em constante transformação. Do ponto de vista da identidade individual, cada pessoa possui um nome, uma profissão, pode ter uma crença religiosa e, ainda, pertencer a determinado grupo social, que a liga às demais por determinada afinidade. Assim, observa-se uma relação entre o que pode se chamar de identidade individual e o conceito de identidade coletiva, a qual pressupõe a consciência de pertencimento a um grupo.

A constituição de um grupo foi explicada por Martino (2010), ao entender que as relações de identidade se formam a partir da dicotomia “igual *versus* diferente”, sendo a diferença uma definição que costuma ter uma conotação negativa, ou seja, estrutura-se a partir da negação do que é antagônico. Outra definição que complementa a de Martino é que “trata-se da construção de um **nós** e de um **eles**, dois campos totalmente antagônicos, de modo que se está em um ou no outro: ou você está conosco ou está contra nós” (GARCIA, 1995: 72).

Assim, a identidade ou o conjunto de identidades de uma pessoa constrói-se de acordo com os papéis vivenciados e modifica-se conforme as ressignificações atribuídas para esses papéis. Portanto, um grupo social forma-se a partir de diferentes identidades que compõem cada indivíduo, porém com a prevalência de determinada característica, da qual os demais membros compartilham. E ainda,

(...) os discursos de identidade, em geral, também são discursos de diferença, estabelecendo dentro de seus critérios o que é igual e o que é estranho. Essa definição, aparentemente simples, pode ter consequências graves quando levada a extremos, momentos em que a definição da diferença dá lugar à classificação do diferente como negativo (MARTINO, 2010: 37).

O processo de construção de uma identidade coletiva, na concepção de Castells (1999), advém de três formas distintas. A primeira é a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes, com o objetivo de expandir e conservar seu poder em relação aos atores sociais. A identidade de resistência talvez seja o tipo mais importante, pois é construída por pessoas que se encontram em condições desvalorizadas pela lógica da dominação e que criam formas de resistência coletiva, até porque, do contrário, a conjuntura não seria suportável. E a terceira, de projeto, é baseada na construção da identidade por meio de um projeto de vida diferente

para aqueles que vivenciam uma identidade oprimida (CASTELLS, 1999).

Este mesmo autor defendeu, ainda, que “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se (*sic*) dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação” (CASTELLS, 1999: 24). Nesse sentido, o conceito de identidade aplica-se intrinsecamente à concepção de movimentos sociais.

Retomando o conceito de Castells na formação das identidades na realidade dos movimentos sociais, especificamente do movimento homossexual, pode-se pressupor que se trata de uma identidade de resistência inicial à identidade legitimadora da hegemonia heterossexual e, conseqüentemente, ascendeu à identidade de projetos. Isso resulta de uma não aceitação de uma condição de preconceito e discriminação pela condição homossexual, que se mobiliza por meio de manifestações e ações em organizações não governamentais, órgãos ligados ao poder público e outras ações pontuais na busca dos direitos equiparados aos dos heterossexuais.

Em uma releitura sobre os movimentos sociais, Gohn (1997) explicou que houve uma mudança não apenas estrutural, mas ideológica desses movimentos a partir da década de 1990. Os chamados “novos movimentos sociais” se diferenciam dos paradigmas tradicionais por diversos fatores, dentre os quais se destacam os aspectos culturais em detrimento da luta de classes. Também não há mais espaço para um líder que se sobressaía pela oratória e pelo carisma. Ao contrário, os movimentos caracterizam-se pela ausência de hierarquia interna, são descentralizados e compõem-se de estruturas colegiadas, com mais participação. Há também conflitos internos e externos, sendo estes partes do processo de construção da identidade do movimento.

A autora mencionada argumentou que a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, pois é em função da defesa dessa identidade, formada pela definição dos membros, fronteiras e ações do grupo, que eles são formados e se desenvolvem. No que se refere aos novos movimentos sociais (NMS) e à identidade coletiva, ela explicou que

(...) os NMS caracterizam-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, *gays*, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais etc. Há novidades na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias utilizadas para explicar estas novas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas, mas de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima (GOHN, 1997: 128).

De acordo com a definição dessa autora, o movimento homossexual enquadra-se como novo movimento social, composto de pessoas com diversas identidades,

distintas classes sociais e culturas, porém que se forma enquanto grupo pelo objetivo de almejar igualdade como cidadãos, sem serem estigmatizados por uma sociedade conservadora em virtude de sua orientação sexual. O movimento vem ganhando visibilidade por seus eventos de espetáculo, bem como a participação em diversos projetos.

Desde seu início no Brasil, o movimento homossexual sofreu diversas transformações, inclusive no que se refere à própria nomenclatura. Simões & Facchini (2009) explicaram que, até 1992, o movimento era conhecido como “movimento homossexual brasileiro, MHB”. Em 1995, foi aprovada, durante a primeira conferência nacional, a denominação LGBT, representando lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o que para alguns autores é representado ainda como LGBTTT.

O movimento homossexual é formado por diversas identidades que se veem como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Mas, antes de se identificar com algum desses grupos, pressupõe-se uma etapa, pela qual a pessoa começa a questionar e se reconhecer em determinada orientação sexual diferente dos padrões tradicionais ou, mesmo, em identidade de gênero, que pode não condizer com o sexo biológico. Assim, o primeiro desafio é a identificação da pessoa como homossexual e sua decisão de reconhecimento público ou negação, o que, de qualquer forma, resultará em um estilo de vida de batalhas, seja por lidar com o preconceito, seja por lidar com uma possível frustração.

Baker (2010) salientou que é difícil definir e medir o conceito de identidade sexual, mas explicou que há dois significados em ciências sociais: o primeiro é como as pessoas se veem, enquanto masculino ou feminino, e o outro define a sexualidade, referindo-se ao desejo sexual. Assim, o primeiro é denominado identidade de gênero, que representa não apenas o sexo biológico, mas como a pessoa se vê, e o segundo denomina-se orientação sexual.

Essa mesma autora ressaltou que os cientistas sociais argumentam, atualmente, que os indivíduos podem adquirir várias identidades sexuais, que podem ser inconsistentes, contraditórias e de transição, as quais nem sempre coincidem com a biologia no nascimento. A orientação sexual costumava ser descrita como uma preferência duradoura, mas tem se considerado que algumas pessoas se reconhecem como heterossexuais, bissexuais ou homossexuais em diferentes ocasiões ou períodos de suas vidas.

No cenário brasileiro, até meados da década de 1970, os homossexuais viviam exclusivamente em guetos, à marginalidade da sociedade, e sofriam perseguições policiais, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. O surgimento do movimento homossexual foi marcado por influência do jornal *Lampião*, lançado em abril de 1978, como porta-voz desses grupos estigmatizados (DANIEL, 1983). Antes dessa publicação, houve alguns outros jornais *gays*, como o “Snob”, criado em 1961. Como atuavam de forma artesanal, com recursos disponíveis na época, enfrentaram diversas dificuldades, que culminaram

na extinção de todos eles.

Com expressiva influência do *Lampião*, em sua segunda edição, em maio de 1978, surgiu o primeiro grupo homossexual organizado no Brasil, o “Somos”, em São Paulo, que visava a construir uma identidade como grupo, a partir da homossexualidade. Em plena ditadura militar, com intensas atividades de grupos de esquerda e o surgimento de novos movimentos feministas e do negro, o grupo se apresentava com espírito contestatório, “produzindo um discurso voltado para uma transformação mais ampla, compreendendo a homossexualidade como estratégia para a transformação cultural, capaz de corroer uma estrutura social a partir das margens” (MACRAE *apud* SIMÕES & FACCHINI, 2009: 61).

O grupo era composto quase exclusivamente por homens, situação que começou a modificar com a presença de mulheres que passaram a frequentar o movimento, porém, por entenderem que suas reivindicações eram específicas e por divergirem das que compunham as lutas dos homens, fundaram o “Grupo de Ação Lésbica Feminista” (Galf). Outros grupos se formaram, inclusive com o nome “Somos”, em Sorocaba e no Rio de Janeiro, como forma de homenagem ao grupo original.

O movimento homossexual, vale ressaltar, “sustentou-se no tripé identidade, sexualidade e cidadania e buscou a identidade homossexual, o direito ao livre exercício das escolhas sexuais individuais e a autonomia do movimento homossexual” (ZANATTA, 1996/1997: 194). Em busca dessa identidade, desde o surgimento do movimento homossexual, diversos grupos se formaram, alguns se extinguíram e outros ainda se transformaram.

Na década de 1980, o movimento passou por um período de retroação, que foi visto por alguns autores como crise ou, mesmo, decadência. Houve uma redução quantitativa no número de entidades, mudança geográfica dos grupos e na postura política. Dentre os fatores para tais alterações está o advento da epidemia da Aids¹ (SIMÕES & FACCHINI, 2009). A doença, inicialmente, foi associada ao homossexualismo e apelidada de “peste gay” ou “câncer gay”, constituindo um dos fatores de desarticulação, mas não suficiente para a extinção do movimento.

Ferrari (2004) esclareceu que, após a eclosão da Aids, o movimento adquiriu uma preocupação com a questão da educação mais formal, promovendo, então, diversos cursos sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, bem como criou e participou de diversos projetos de assistência às pessoas infectadas com o vírus da Aids. Ainda hoje, diversos grupos ainda atuam em escolas, por meio de palestras e debates que tratam a questão das diferenças, da homossexualidade e da prevenção dessas doenças.

Compartilharam desse relato Simões & Facchini (2009), os quais explicaram que, nesse período, houve uma aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas. A partir desse cenário, antigos militantes do grupo Somos e de outros grupos de São Paulo criaram a primeira ONG²-Aids brasileira, o “Grupo de Apoio e Prevenção à Aids” (Gapa).

3. Eventos: Estratégia de comunicação e visibilidade mediática

Em toda essa trajetória do movimento homossexual brasileiro, é importante ressaltar a relevância dos eventos como estratégia de comunicação para conquista de direitos. Por meio dos tipos específicos de eventos realizados no decorrer da história do movimento, pode-se analisar a formação e a transformação de sua identidade, bem como suas principais estratégias de luta. É importante, inicialmente, a compreensão, à luz da visão de alguns autores, do conceito de eventos.

Não há um consenso quanto ao conceito de eventos. Para a autora Cleusa Gimenes Cesca, “evento é um fato que desperta atenção, podendo ser notícia e, com isso, divulgar o organizador” (CESCA, 2008: 20). Do ponto de vista das relações públicas, a referida autora explicou que se trata da execução de um projeto planejado com objetivos relacionados à imagem de uma organização junto a seu público de interesse.

É compreendido como veículo de comunicação dirigida na medida em que direciona uma mensagem a um público predeterminado, além de ser um veículo aproximativo ao reunir pessoas e promover a compreensão mútua entre os interessados (BRITTO & FONTES, 2002). Gilda Fleury Meirelles complementou essa visão ao afirmar que “o evento aproxima as pessoas, promove o diálogo, cria emoções e sentimentos, marca presença. É um dos mais ricos recursos da comunicação, pois reúne ao mesmo tempo a comunicação oral, escrita, auxiliar e aproximativa” (MEIRELLES, 2003: 25).

Além disso, sua importância “está, sobretudo, no aproveitamento do instante, do ambiente ou da presença de pessoas, pois dessa atitude resulta a impressão final” (KUNSCH, 2003: 386). Essa mesma autora ainda entendeu que um evento bem planejado e executado cria um conceito positivo para a organização promotora.

A concepção dessas autoras remete a uma reflexão sobre sua importância como estratégia de comunicação. Muito utilizado pelas organizações para a promoção e manutenção de imagem, essas ações requerem planejamento específico para obter a presença do público de interesse e alcançar *feedback* favorável. Para isso, os eventos devem tocar a emoção e, conseqüentemente, surpreender o público. Como fato, dentro da perspectiva de um planejamento estratégico, torna-se notícia a partir da presença da mídia, contribuindo, então, para divulgar a organização que o promove.

No caso dos movimentos sociais, de maneira peculiar, os eventos são realizados como forma de comunicar à sociedade e ao poder público suas reivindicações,

¹ *Acquired immunodeficiency syndrome*.

² Organização não governamental.

ou seja, a ausência de direitos que lhe garantem a igualdade perante os demais cidadãos. Exceto à época em que os homossexuais viviam isolados em “guetos”, avessos à visibilidade, os grupos formados por homossexuais mobilizavam-se por meio de eventos, como manifestações, ações para discussão e tomadas de decisão e, finalmente, o que consolidou a visibilidade do movimento, as “paradas”.

O primeiro evento que proporcionou visibilidade ao movimento foi uma semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, realizada na Universidade de São Paulo, em 1979, que reuniu minorias, na qual o grupo Somos fez seu primeiro pronunciamento ao vivo. Esse evento teve ampla cobertura pela imprensa, contribuindo para que o movimento se tornasse conhecido nacionalmente. Em dezembro de 1979, patrocinado pelo jornal *Lampião*, realizou-se o I Encontro Nacional do Povo Gay, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro.

Ainda em 1980, realizou-se o I Encontro Brasileiro de Homossexuais, no Teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), que contou com a presença de cerca de 200 pessoas. Nessa época, os eventos eram do tipo dialogal, pois se voltavam para discussão, debates e tomadas de decisão e revelavam a formação de uma identidade enquanto grupo, a partir de necessidades afins. Os eventos se espalharam por outras regiões, como o 1o Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste, em junho de 1981; o 1o Encontro Paulista de Grupos Homossexuais, em 1983; o 2o Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, em Salvador, sendo que a terceira edição foi realizada em 1989, no Rio de Janeiro, e o quarto encontro aconteceu em Sergipe, em 1990, além de diversos outros.

A primeira manifestação de rua do movimento homossexual foi o “Ato público contra a repressão policial arbitrária contra homossexuais”, em 13 de junho de 1980, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, como relataram Simões & Facchini (2009) e Zanatta (1996). Tratou-se de um manifesto contra a “operação limpeza”, promovida pelo delegado José Wilson Richetti, que perseguia e intimidava os homossexuais em locais frequentados por esse público, dando-lhes voz de prisão. O movimento, apoiado por outros grupos, como os negros, os estudantes e intelectuais, por meio da reivindicação, passou a expressar seu repúdio a essa discriminação e adquiriu um caráter mais contestador.

Retomando o momento em que culminou a epidemia da Aids, o movimento passou por um período de reestruturação. Com a associação da Aids aos homossexuais, os militantes voltaram-se à realização de eventos educativos com o objetivo de divulgar e incentivar medidas de prevenção à doença. Observam-se, então, os eventos não apenas como estratégia de comunicação para um público específico, mas veículo de comunicação aproximativa a fim de transformar a imagem do movimento, abalada pela associação da homossexualidade à doença.

Com a visível redução dos grupos, o movimento se reestruturou e, ao contrário do perfil vivenciado na década anterior, formou-se uma nova geração de militantes, como explicaram Simões & Facchini (2009), resultado do novo cenário de redemocratização no Brasil e em virtude da Aids. Eles esclareceram que

(...) essa nova geração de ativistas tinha pouco ou nenhum envolvimento em posições ideológicas de esquerda ou anarquistas e se mostrava muito menos refratária à ação no campo institucional. Essas características, já presentes no período anterior, embora menos influentes, tornam-se predominantes na nova configuração do movimento, mais voltada a estabelecer organizações de caráter mais formal e mais focada em assegurar o direito à diferença (SIMÕES & FACCHINI, 2009: 117).

Na década de 1990, os eventos voltaram a ser mais frequentes, com a formação de redes de grupos e associações. Sob essa perspectiva, no final da década de 1980, foi realizado o 1o Encontro Nacional de ONGs, em Belo Horizonte, em 1989, e, no mesmo ano, realizou-se a segunda edição, em Porto Alegre. Em 1993, aconteceu o Encontro Nacional de Travestis e Liberados, no Rio de Janeiro, que se tornou o primeiro de uma série de encontros de travestis que trabalham na prevenção da Aids. Em 1996, realizou-se o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas.

Segundo Simões & Facchini, o movimento, do início do século XXI até os dias atuais, construiu uma nova identidade caracterizada por

(...) presença marcante na mídia; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da Aids; vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal; atuação junto a agências estatais ligadas a prevenção de DST³ e Aids e promoção de direitos humanos; formulação de diversas respostas diante da exclusão das organizações religiosas; criação de redes de grupos ou associações em âmbito nacional e local; e organização de eventos de rua, como as grandes manifestações realizadas por ocasião do dia do Orgulho LGBT (SIMÕES & FACCHINI, 2009: 138).

A presença na mídia, mencionada pelos autores em referência, reflete a relevância atingida pelo movimento. Os meios de comunicação de massa possuem um papel fundamental na disseminação de informação, pois reproduzem o fato e promovem a discussão acerca da notícia divulgada. Seria impossível, atualmente, uma sociedade sem a mediação dos meios de comunicação. Hohlfeldt (2010) explicou que, por meio da mídia, foram incluídos nas discussões aqui delineadas alguns temas que, de outra forma, não chegariam ao conhecimento dos autores deste artigo, tampouco seriam temas da agenda abordados na concretização do presente trabalho.

³ Doenças sexualmente transmissíveis.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de uma das vertentes dos estudos da pesquisa em comunicação, o agendamento (ou *agenda-setting*), definido como teoria por McCombs e Shaw e como hipótese para outros estudiosos, como Antônio Hohlfeldt. O agendamento teria um papel fundamental na definição da agenda pública, pautando os temas para a discussão, pois “a principal afirmativa da Teoria da Agenda é que os temas enfatizados nas notícias acabam considerados ao longo do tempo como importantes pelo público” (MCCOMBS, 2009: 22).

Hohlfeldt (2010) explicou a relevância do agendamento através de seus principais pressupostos: fluxo contínuo de informações, a partir de uma avalanche de informações que as pessoas recebem diariamente; influência dos meios de comunicação no receptor a médio e longo prazos, a partir do efeito de enciclopédia de determinada cobertura noticiosa; e o poder da mídia em influenciar sobre o que pensar. Esse poder dos meios de comunicação, mencionado pelo autor citado, por um lado reflete sua influência na agenda pública, na medida em que determinadas questões tornam-se temas para a discussão do público, porém se entende que esse poder é limitado, os meios não determinam o que pensar sobre o tema apresentado.

Sob essa perspectiva, Soares (2009) explicou que a imprensa possui um poder simbólico “que advém de sua capacidade de agendar os temas, enquadrá-los, colocando-os publicamente” (p. 145). No contexto dos movimentos sociais contemporâneos, suas lutas focam a busca pela visibilidade para que seus objetivos tornem-se visíveis e, conseqüentemente, adquiram mais participação em seus projetos de mobilização.

Nesse sentido, a mídia contribui não apenas com o ganho de visibilidade pública dos projetos de mobilização, mas seu poder encontra-se também em sua capacidade de expandir a constituição de um novo público. Além disso, como já foi ressaltado pelos pressupostos do agendamento mediático, “a mídia de massa pode potencializar e expandir as discussões no espaço público, o que é fundamental para a deliberação” (MAFRA, 2006: 41).

As paradas realizadas pelo movimento homossexual no Brasil tornaram-se pauta de notícias em jornais, televisão, revistas eletrônicas e outros veículos, o que contribui para que sua influência e seus resultados sejam multiplicados acerca de um tema, até então, de pouca visibilidade. Essas ações ganharam repercussão e vêm se tornando tradição no calendário de eventos de diversas cidades brasileiras.

4. A Parada do Orgulho LGBT e a simbologia do movimento

De forma peculiar, o movimento homossexual no Brasil tornou tradicional a realização das paradas que acontecem anualmente, e o número de cidades que organiza o evento vem aumentando. Se, por um lado, são eventos alusivos ao carnaval por se caracterizarem como uma passeata ao som de música animada, carros

alegóricos e um visual colorido, as paradas também são representações da identidade do movimento, pois se somam a esse momento festivo suas reivindicações pelo direito à dignidade desse público.

A primeira parada do orgulho gay no Brasil foi realizada no Rio de Janeiro, em 1995, tendo como objetivo denunciar a discriminação contra os homossexuais, além de estimular práticas sexuais seguras, tendo em vista a disseminação da Aids (JESUS & GALINKIN, 2007). Em São Paulo, a primeira edição ocorreu em 1997, contando com grande representatividade de público. Simões & Facchini (2009) relataram que a parada, nas duas primeiras edições, era composta de pessoas que caminhavam ao som de canções de música popular brasileira, produzido por caixas de som de uma perua Kombi emprestada do Sindicato das Costureiras de São Paulo.

Com a criação da Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT), em 1999, o evento contou com a participação de 35 mil pessoas e com a presença de três trios elétricos de casas noturnas voltadas ao público homossexual. Desde 2004, a parada de São Paulo é considerada a maior do mundo e se tornou uma das maiores mobilizações populares do Brasil (JESUS & GALINKIN, 2007).

As paradas se caracterizam como “movimentação em desfile, animada por personagens variados, fantasiados ou não, um fundo musical, preferencialmente o estilo Techno, assumindo uma carnavalização [...]” (JESUS & GALINKIN, 2007: 287). Por outro lado, os autores explicaram que há um discurso voltado para a pluralidade humana que a compõe, geralmente marginalizada ou excluída.

Faz-se necessário ressaltar, portanto, que, apesar do caráter festivo, a parada possui objetivos que ultrapassam a diversão, pois se trata de uma manifestação formada por diversos grupos que compartilham da mesma luta pelos direitos de cidadania, enfatizando o combate à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e pelo fim da homofobia. Mott (2012) explicou que, para que a parada cumpra sua missão, deve ater-se aos objetivos propostos:

Promover a visibilidade massiva de GLT a fim de mostrar à sociedade global o poder de arregimentação deste segmento populacional enquanto cidadãos e massa potencial de eleitores e consumidores; reforçar a autoestima individual dos participantes enquanto homossexuais que devem ter seus direitos de cidadania plenamente respeitados; funcionar como ritual de iniciação para que novos homossexuais se assumam, estimulando aos enrustidos “sair da gaveta”; mostrar à sociedade global a existência da diversidade sexual da comunidade homossexual e estimular o respeito à livre orientação sexual, papel de gênero e estilo de vida; selar a solidariedade do movimento homossexual organizado e da comunidade homossexual com outras minorias sociais, entidades de classe e representantes de diferentes setores do poder, fazendo das paradas vitrine e espaço de visibilidade para futuros candidatos GLS a cargos políticos previamente apoiados pelos grupos locais do movimento homossexual e comprometidos com

suas bandeiras de luta; arregimentar novos militantes para se associarem aos diversos grupos do movimento homossexual organizado; denunciar à população em geral e à mídia as diferentes manifestações de homofobia que pesam sobre a comunidade homossexual, transmitindo aos participantes da parada informações sobre autodefesa contra discriminações e como enfrentar e se proteger da violência anti-homossexual; transmitir informações e reforçar junto aos participantes da parada a necessidade da prevenção da Aids e DST (MOTT, 2004).

Retomando os conceitos de Manzini-Covre (1991), que argumentou que os direitos de grupos minoritários só passam a ser respeitados a partir da prática da reivindicação, observa-se que a parada, por meio dos objetivos propostos, é um evento de mobilização, uma forma peculiar de atrair não apenas o seu público específico, mas mobilizar demais cidadãos, a mídia, autoridades e políticos.

A parada também possui caráter educativo, na medida em que incentiva as práticas de prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como busca promover o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, e explicita o repúdio a qualquer manifestação homofóbica. Como objetivo do evento, verifica-se ainda o incentivo àqueles que ainda não assumiram publicamente sua orientação sexual para que, por meio da presença do movimento, sintam-se encorajados para viver livremente sua identidade sexual e contribuir para transformar ideologias dominantes, buscando garantir, então, seus direitos como cidadãos.

Essa visão foi respaldada por Jesus & Galinkin (2007) quando argumentaram sobre o caráter reivindicatório das paradas ao compreendê-las como

(...) passeatas reivindicatórias por direitos iguais, questionando a ordem vigente na medida em que esta exclui as pessoas com sexualidades não hegemônicas, entretanto, reforçam a ordem, visto que buscam nela se integrar. Objetivam, dessa forma, a normatização de sua participação social. Enquanto passeatas, têm um caráter político reivindicatório; como desfiles “carnavalescos”, dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre os LGBT e em relação à população em geral (JESUS & GALINKIN, 2007: 287).

Apesar das divergências existentes entre os grupos e suas reivindicações específicas, o evento se sobrepõe a essas questões e, com um espetáculo de cores, os grupos se unem para lutar pelo direito à liberdade sexual e contra qualquer manifestação de homofobia. Em uma trajetória de apenas 17 anos, a parada do orgulho LGBT tornou-se uma tradição em locais como Rio de Janeiro e São Paulo, e vem registrando sua história em cidades do interior, como Bauru.

5. Ações do movimento homossexual em Bauru

Em Bauru, a primeira parada da diversidade foi realizada no dia 7 de setembro de 2008 e contou com, aproximadamente, 15 mil participantes, que percorreram a Avenida Nações Unidas, desde a Praça da Paz até o Parque Vitória Régia (FERREIRA, 2010). Intitulada

“Parada da Diversidade de Bauru”, o evento engloba, além do público homossexual, demais minorias que também lutam pelos seus direitos de cidadania, como negros, idosos, mulheres e portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Sob a organização da Associação Bauru pela Diversidade (ABD), com apoio da Prefeitura de Bauru, o evento chegou à sua quarta edição em 2011, com o tema “A educação é a solução: todos contra o *bullying*”, e atingiu recorde de público, totalizando quase 40 mil pessoas (DIAS, 2011: 7). A concentração teve início às 13 horas, na Praça da Paz; a abertura oficial ocorreu às 16 horas, após a execução do hino nacional, com discurso dos organizadores. O prefeito de Bauru esteve presente, como tinha feito antes, em todas as edições do evento. Ao som de música eletrônica, quatro carros alegóricos percorreram a Nações Unidas, e o encerramento ocorreu com o show da cantora Preta Gil.

A Semana da Diversidade de Bauru foi regulamentada em 2010 pela Lei Municipal n. 5.972, de 27 de setembro de 2010, e sua programação encerra o calendário comemorativo do aniversário do Município de Bauru. A semana consta de uma programação diversificada e aberta ao público, com debates, palestras e espetáculos, sendo que, na edição de 2011, contou com uma mostra fotográfica. A parada encerra a semana, no último domingo do mês de agosto.

Em 11 de dezembro de 2010, foi publicada, no *Diário Oficial de Bauru*, a criação do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, vinculado à Secretaria do Bem-Estar Social. Como funções, deve assessorar e acompanhar a implantação de políticas públicas voltadas ao interesse do público GLBT (*gays*, *lésbicas*, *bissexuais* e *transgêneros*), bem como colaborar na defesa dos direitos dessas pessoas por meios legais necessários.

Com vistas à mobilização da comunidade LGBT de Bauru, Ferreira (2010) explicou que, para a primeira parada, foram utilizadas diversas estratégias de comunicação, “em especial a internet e a telefonia celular. Foram acionadas as redes sociais como principal instrumento de RP, além de utilizar um *mailing list*, abrangendo contatos num raio de 200 quilômetros de Bauru, para mobilizar a região centro-oeste”. Atualmente, as tecnologias digitais são amplamente utilizadas, como diversos *sites* e *blogs*, que divulgam e fazem a cobertura durante a parada, além de a parada constar na programação de eventos no site da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Atualmente, a ABD não organiza apenas eventos voltados ao público que compõe a diversidade. A associação articula-se também por meio de diversos projetos voltados à população carente de Bauru, como a entrega de presentes de Natal às crianças moradoras de bairros da periferia da cidade, campanha de Páscoa e outros mais. Na quarta edição da parada, foram arrecadadas latas de leite em pó para doação a entidades beneficentes da cidade.

Além disso, outros tipos de eventos realizados pelo movimento começaram a ganhar visibilidade na mídia.

O carnaval de Bauru passou a contar com a presença de duas rainhas, sendo uma delas intitulada “Rainha da Diversidade”, eleita por um concurso promovido pela ABD. Eventos com propósito de manifestação e protesto também marcaram a agenda da associação em 2012. No início do ano, realizou-se um “Beijaço”, como expressão de repúdio a um ato de homofobia praticado em um supermercado da cidade. Em maio, foi realizada a primeira marcha municipal contra a homofobia.

O evento é uma estratégia eficaz de visibilidade do movimento, pois atinge não apenas o público específico que tem vindo de diversas localidades para prestigiá-lo, mas conta com a presença de heterossexuais que apoiam a luta da diversidade, além da presença da imprensa e de representantes do poder público. Em sua quarta edição, a parada de Bauru tornou-se a segunda maior do Estado de São Paulo (CAMARGO, 2011).

Assim, a identidade do movimento da diversidade de Bauru constrói-se na medida em que se sobrepõe às divergências dos diferentes grupos que o compõem, e tornando o movimento homogêneo com o seu objetivo maior, o direito à liberdade sexual. Sua identidade torna-se mais perceptível durante a parada da diversidade quando uma minoria, que vivencia discriminações e preconceitos, ocupa uma das principais avenidas das cidades e, então, em meio ao desfile de cores e faixas de protestos, torna-se expressiva e pode se manifestar perante uma plateia de espectadores. É, portanto, uma identidade em construção, de pessoas, que individualmente sofrem o preconceito, mas que, coletivamente, adquirem força pela mobilização.

6. Considerações finais

A questão da identidade é complexa e, no que se refere à identidade homossexual, geralmente é vivenciada por uma fase repleta de conflitos. No que tange à questão de percepção de uma orientação sexual que não condiz aos padrões aceitos como “normais”, o indivíduo passa por uma etapa árdua, na decisão de se assumir como não heterossexual, enfrentar os desafios que o preconceito provoca e lutar por direitos ou optar por uma vida “em gueto”, como ocorria nas décadas de 1950 e 1960. Da época em que os homossexuais viviam à marginalidade aos dias atuais, muitas transformações ocorreram no

cenário socioeconômico do Brasil. Desde a formação do primeiro grupo que surgiu para dar voz a essas minorias aos atuais eventos de visibilidade, às campanhas educativas e articulações políticas, um novo olhar começa a se consolidar na sociedade brasileira.

Ressalta-se a importância dos eventos como estratégia de comunicação no contexto dos movimentos sociais. Essas atividades, ao reunirem pessoas com propósitos afins, de forma planejada, de modo a tocar a emoção das pessoas, são fundamentais para lutar por direitos da cidadania. As paradas realizadas pelo movimento homossexual são, por si, uma forma de mediação, pois é através da marcha, das músicas, do tema, das cores, das faixas e dos discursos que suas lutas são comunicadas à sociedade, às autoridades, ao poder público etc. Atualmente, o evento não conta com a participação apenas dos homossexuais, mas é constante a presença de simpatizantes e representantes do poder público.

O evento atinge um grande número de pessoas, dentre as quais constam os militantes do movimento, os apoiadores e patrocinadores, simpatizantes e curiosos. Porém, apesar de toda a relevância da parada, é fundamental a presença dos meios de comunicação, como forma de ampliar o significado público do evento e promover a discussão sobre o tema.

Muitos desafios ainda são enfrentados pelo movimento homossexual. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 122/2006, que torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando esta situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor sujeito a pena de reclusão e multa, ainda não foi aprovado. Outro desafio enfrentado pelo movimento é a resistência pela ala conservadora brasileira, com destaque para os grupos religiosos. Porém, algumas conquistas já foram efetivadas, como o reconhecimento da união homoafetiva estável.

No Brasil, tem havido reações de setores tradicionais e religiosos contra o movimento homossexual, expressas em manifestações de repúdio à aprovação de leis que eliminem as discriminações aos homossexuais. No entanto, por meio dos eventos organizados pelos movimentos, com a repercussão alcançada pela mídia, as discussões acerca do tema e os avanços jurídicos conseguidos na legislação de família, é possível observar

7. Referências

- BAKER, Maureen. Sexual identity. In: JACKSON II, Ronald L. & HOGG, Michael A. *Encyclopedia of identity*. Vol. 2. Thousand Oaks: Sage Publications, 2010. Disponível em: <http://www.sage-ereference.com/identity/Article_n248.html>. Acesso em: 31 de março de 2011.
- BRITTO, Janaina & FONTES, Nena. *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CAMARGO, Cristina. A lição da diversidade. Bom Dia, p. 2-4. Bauru, 29 de agosto de 2011.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CESCA, Cleusa G. Gimenes. *Organização de eventos: manual para planejamento e execução*. São Paulo: Summus, 2008.
- DANIEL, Herbert. O movimento homossexual brasileiro organizado – esse quase desconhecido. In: MÍCCOLIS, Leila & DANIEL, Herbert (Orgs.). *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- DIAS, Bruna. Sob guarda-chuvas de arco-íris, parada bate recorde de público. *Jornal da Cidade*, p. 7, Bauru, 29 de agosto de 2011.
- FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 105-115, Rio de Janeiro, janeiro/abril, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.
- FERREIRA, Luiz Ricardo. *A Associação de Bauru pela diversidade como aglutinadora de interesses sob a ótica das Relações Públicas*. 2010. 140f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Públicas) – Universidade Sagrado Coração. Bauru: USC.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. A propósito de sexualidades e culturas de resistência: modernidade, identidade e política. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 69-84, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/03.pdf>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C & FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 187-240.
- JESUS, Jaques Gomes de & GALINKIN, Ana Lúcia. Gênero e mobilização social: participação feminina na Parada do Orgulho de Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Bagoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, v. 1, n. 1, p. 283-300, Natal, julho/dezembro, 2007.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.
- MAFRA, Renan. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégia e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos).
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Comunicação e identidade: quem você pensa que é?* São Paulo: Paulus, 2010
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEIRELLES, Gilda Fleury. *Eventos: seu negócio, seu sucesso*. São Paulo: Ibradep, 2003.
- MOTT, Luiz. ABC das paradas gays: cartilha com informações úteis de como potencializar as Paradas GLTBS. *Portal ABGLT*, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.abglt.org.br/port/paradasabc.php>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.
- SIMÕES, Júlio Assis & FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SOARES, Murilo Cesar. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, v. 3, n. 5/6, p. 193-220, Campinas, 1996/1997. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-5/artigo-7-p221.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.